



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC - 2024 A 2026 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA II ETAPA

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**
2 **II ETAPA.** Ao 28º (vigésimo oitavo) dia do mês de novembro de 2024, às 10h,
3 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho Estadual de
4 Cultura - CONEC, no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo
5 Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem enviada
6 via **WhatsApp** no dia 25 de novembro de 2024. Declarou aberta a 3ª Reunião
7 da Delegação de Apoio a PEC, conduzida pelo Conselho Estadual de Cultura -
8 CONEC. Em virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17 de março de
9 2021. Em face da ausência justificada do presidente **CANDIDO JEREMIAS**
10 **CUMARÚ NETO** e do vice-presidente **LUIZ CARLOS BONATES**, assumiu a
11 condução da reunião o assessor jurídico **SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ**.
12 **Symone Farias** cumprimentou a todos e informou que estavam aguardando a
13 chegada do secretário geral Pedro Cacheado. Em seguida, perguntou aos
14 presentes quem gostaria de conduzir a leitura do material para iniciar as
15 discussões. Informou também, que essa reunião seria focada no **eixo 4** que trata
16 da – **Diversidade Cultural e Transversalidade de gênero, raça e**
17 **acessibilidade na política cultural**. Informou que começariam pelo item **4.1**.
18 Inserir no organograma da secretaria de estado da cultura os setores do sistema
19 nacional de cultura criando departamentos para respectivos, os quais
20 contemplem em seus planejamentos anuais as políticas afirmativas do governo
21 federal. **Objetivo identificado:** Incluir no organograma da SEC setor de SNC e
22 departamentos para o planejamento anual das políticas afirmativas do governo
23 federal. **Ponto Focal:** criação de setor e departamentos específico na
24 SEC. **Entes envolvidos:** SEC e SEFAZ. **Pontos de observação:** A criação de
25 setor e departamentos demanda de estudos internos da SEC, sendo necessária
26 que a especificidade indicada na proposta já não esteja sendo atendida pela
27 Secretaria, visto que houve recente alteração no seu organograma, estando na
28 fase de implantação de alguns setores/departamentos. Caso haja impactos
29 financeiros, deverá ser consultada a SEFAZ. **Propostas convergentes:** Criar
30 um departamento multiprofissional dentro da secretaria de cultura do Estado,
31 para que possam defender os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Apoiar e
32 promover a diversidade cultural do Amazonas, reconhecendo e respeitando as
33 diferentes tradições culturais. **Marcelo Dias** iniciou sua fala afirmando que o
34 ponto em discussão era crucial. Informou que Caroline, também conhecida como
35 Andarilha, havia sido selecionada no edital como agente territorial e explicou que
36 esses agentes atuarão diretamente nas pontas, dentro do escopo que abrange



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

37 escritórios e pontões de cultura, com o suporte de comitês já estabelecidos. Ele
38 informou que Caroline estava enfrentando problemas técnicos com o microfone
39 e, por isso, ela apenas participaria por meio do chat. Em continuidade,
40 mencionou a necessidade de reformulações, especialmente no Ministério da
41 Cultura, que incluiria modificações no Conselho Nacional de Cultura. Ele
42 defendeu que o conselho deveria se transformar em um Conselho de Políticas
43 Públicas Culturais do Estado do Amazonas e Economia Criativa, considerando
44 que a legislação atual é muito antiga. Aproveitou a presença da senhora Jordânia
45 para sugerir que ela contribuísse sobre esse tema, mencionando também o
46 envolvimento do conselheiro Cacheado, com quem já havia discutido o assunto.
47 Apontou a intenção de criar uma coordenação de políticas públicas culturais
48 dentro da Secretaria, sugerindo que esse novo departamento seria responsável
49 por executar ações em conjunto com o conselho, abrangendo o sistema e o
50 fundo de cultura. Ele destacou que essa medida não geraria impacto
51 orçamentário e sugeriu que a SEFAZ poderia incluir um departamento
52 multiprofissional para apoiar essas atividades. Ele reforçou que estava
53 participando da reunião na condição de delegado, e não como representante do
54 Ministério da Cultura. Marcelo mencionou um sistema de formação na área
55 cultural e a importância de um programa estadual de formação e capacitação.
56 Sugeriu a criação de um departamento multiprofissional dentro da Secretaria de
57 Cultura, defendendo os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, conforme
58 abordado no eixo 4. Marcelo destacou que o programa de formação deveria
59 contemplar também negros, indígenas e outros grupos, evitando focar apenas
60 em um setor específico. Ele considerou essa abordagem mais ampla como uma
61 forma de convergir com as necessidades de diversas áreas, promovendo
62 avanços. Sugeriu elaborar um texto por escrito para contribuir. Ele lembrou
63 que, na última reunião, enquanto outra pessoa falava, havia escrito um texto no
64 chat que foi levado em consideração. Marcelo destacou a importância de que
65 textos dessa natureza também sejam aceitos durante as discussões. Perguntou
66 à mesa qual seria a proposta para o ponto em discussão. **Symone Farias**
67 informou que era necessário aguardar a manifestação de todos. Enquanto isso,
68 foi decidido seguir para o item 2 das propostas convergentes, que trata de apoiar
69 e promover a diversidade cultural no Amazonas, reconhecendo e respeitando as
70 diferenças culturais, tradições e valores locais. **Marcelo Dias** comentou que,
71 mediante a aprovação da reunião anterior, sugeria um programa abrangente,
72 alinhado com as diretrizes da instrução normativa número 10, que aborda ações
73 afirmativas. Ele enfatizou que tais ações afirmativas são fundamentais para
74 defender minorias, incluindo mulheres, periféricos, LGBTQIAPN+, indígenas e
75 negros, pedindo para que Simone anotasse a observação. Ressaltou que,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

76 considerando o ponto em discussão, seria interessante a criação de um
77 programa específico voltado para o atendimento às ações afirmativas, com base
78 na instrução normativa mencionada. Ele complementou que iria redigir um texto
79 sobre a sugestão e disponibilizá-lo para apreciação. **Karollen Lima** (Andarilha)
80 iniciou sua fala confirmando se estava sendo ouvida e destacou sua participação
81 nas discussões realizadas tanto na conferência municipal quanto na estadual,
82 especificamente no eixo 4. Ela mencionou que essas discussões culminaram na
83 proposta convergente sobre o Departamento Multiprofissional. Esclareceu que o
84 intuito predominante das colocações feitas, praticamente por unanimidade nas
85 salas de discussão, era a criação de uma cadeira destinada à representação
86 LGBTQIAPN+ tanto no Conselho Municipal quanto no Conselho Estadual de
87 Cultura. Segundo ela, a ideia do Departamento foi um desdobramento, mas as
88 propostas originalmente aprovadas incluíam essas representações específicas.
89 Ela expressou surpresa ao notar que apenas a proposta do Departamento foi
90 selecionada, questionando como ocorreu essa escolha e como ficaram as
91 questões das cadeiras representativas. Além disso, mencionou que a inclusão
92 LGBTQIAPN+ também era uma demanda nos debates relacionados ao hip-hop
93 e em outros contextos. Finalizou solicitando esclarecimentos sobre os
94 encaminhamentos dados às propostas das cadeiras de representação,
95 demonstrando interesse em entender melhor o processo e as decisões tomadas.
96 **Symone Farias** explicou que todas as sugestões e propostas que estão sendo
97 discutidas foram analisadas de forma criteriosa. Ela questionou se Karollen havia
98 participado da primeira etapa da comissão, onde foi feito um trabalho detalhado.
99 Nesse processo, as propostas vindas dos municípios do interior foram avaliadas
100 em termos de viabilidade e relacionadas aos eixos nacionais de discussão.
101 Symone detalhou que, nesta etapa atual, está sendo utilizada uma "planilha
102 matriz", que organiza as propostas em tópicos como desafios, oportunidades,
103 objetivos, diretrizes, estratégias, ações, metas e indicadores. Na primeira
104 reunião não-instrutiva da comissão, o doutor Sérgio apresentou uma explanação
105 sobre esses itens, fornecendo diretrizes para o trabalho. Ela esclareceu que os
106 textos em discussão não precisam ser rigidamente seguidos. O grupo tem a
107 liberdade de propor alterações, que serão submetidas à votação no plenário. Se
108 aprovados, os textos seguem para o Plano Estadual de Cultura, mas com a
109 ressalva de que ainda podem ser modificados posteriormente. Reforçou que o
110 objetivo das reuniões é realizar os alinhamentos necessários para, até o final de
111 dezembro, concluir um texto para o plano estadual. Todo o trabalho está baseado
112 nas propostas vindas dos municípios do interior e nas que foram aprovadas
113 durante a conferência estadual. Por fim, ela perguntou se conseguiu esclarecer
114 a questão, destacando que Marcelo participou da primeira reunião e indicando



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

115 que o processo é colaborativo e focado em incluir diferentes contribuições.
116 **Karollen Lima** ("andarilha") respondeu afirmando que está acompanhando as
117 discussões e compreende o processo descrito. Ela destacou que não vê nenhum
118 tipo de oposição à proposta convergente em questão. Pelo contrário, reforçou a
119 importância de incluir uma especificidade voltada à comunidade LGBTQIAPN+.
120 Justificou essa necessidade pelo fato de ainda não existir, no estado, qualquer
121 representação formal ou uma cadeira destinada a esse segmento, tornando essa
122 ação essencial para contemplar adequadamente a diversidade no contexto
123 cultural. **O conselheiro Paulo Holanda** iniciou sua fala endossando a proposta
124 apresentada e elogiando a contribuição de Karollen Lima ("andarilha"). Ele
125 destacou que a proposta nasceu da constatação da invisibilidade da comunidade
126 LGBTQIAPN+ nos conselhos e na estrutura cultural do estado e dos municípios.
127 Segundo ele, essa invisibilidade reflete uma necessidade premente de criação
128 de um Departamento voltado a esse segmento. Paulo enfatizou as dificuldades
129 enfrentadas por essa população no acesso a editais, direitos, e serviços públicos,
130 como saúde e educação, e apontou a importância de integrar essa perspectiva
131 na cultura. Ele salientou que os delegados têm o papel de estruturar um sistema
132 que contemple essa demanda, propondo um espaço de acolhimento e
133 orientação dentro dos caminhos da cultura. Ele avaliou que a proposta do
134 Departamento Multiprofissional é essencial e reforçou a relevância de integrá-la
135 à Secretaria de Cultura (SEC) como parte estruturante do Plano Estadual de
136 Cultura. Ainda destacou que essa necessidade já existe há muito tempo,
137 reforçando a urgência de sua implementação. **Symone Farias** leu o que o
138 **Marcelo Dias** escreveu no chat, ele apresentou a proposta intitulada "**A**
139 **Promoção da Diversidade Cultural e Ações Afirmativas no Estado do**
140 **Amazonas**", cujo objetivo principal é integrar as ações afirmativas do Ministério
141 da Cultura ao Plano Estadual de Cultura do Amazonas, com base nos princípios
142 e diretrizes do Eixo 4 da Conferência Nacional, que trata da promoção da
143 diversidade cultural. A proposta busca garantir maior acesso, visibilidade e
144 participação das populações historicamente marginalizadas, promovendo um
145 ambiente cultural mais inclusivo e plural no estado. **A justificativa** aponta que o
146 Amazonas, com sua rica diversidade étnica, cultural e social, possui uma
147 população composta por povos indígenas, negros, ribeirinhos, quilombolas e
148 comunidades tradicionais, que ainda enfrentam desafios no acesso à cultura e
149 na preservação de suas identidades. Dessa forma, a promoção da diversidade
150 cultural e a implementação de ações afirmativas são fundamentais para garantir
151 igualdade de oportunidades no campo cultural. Entre os **objetivos específicos**,
152 destacam-se o estabelecimento de políticas culturais que garantam o acesso
153 universal a bens e serviços culturais, a promoção da participação ativa de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

154 populações marginalizadas nas decisões culturais, a criação de espaços de
155 visibilidade para a produção artística e cultural dessas comunidades,
156 especialmente em regiões de difícil acesso, e a capacitação de gestores e
157 produtores culturais para implementação dessas ações. **As ações** propostas
158 incluem a criação de um programa de formação e capacitação cultural, o fomento
159 à produção artística e cultural de comunidades marginalizadas, o
160 estabelecimento de pontos de cultura estaduais em áreas isoladas, a valorização
161 das culturas indígenas e tradicionais, a promoção de ações afirmativas em
162 políticas culturais e leis de incentivo e a criação de uma cadeira específica para
163 populações marginalizadas no Conselho Estadual de Cultura. **Os resultados**
164 **esperados** envolvem o aumento do acesso das populações aos bens culturais,
165 maior visibilidade das culturas marginalizadas, consolidação de um ambiente
166 mais inclusivo e fortalecimento da diversidade cultural no estado. Na conclusão,
167 a proposta ressalta que a inserção das ações afirmativas no Plano Estadual de
168 Cultura contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa, integrada e
169 culturalmente rica. Após a leitura, foi sugerido que a proposta fosse verbalizada
170 e submetida à votação para inclusão no Plano Estadual de Cultura do Amazonas.
171 **O conselheiro Paulo Holanda** reconheceu e elogiou a proposta apresentada
172 por Marcelo Campos Lucena Dias, mas apontou que o texto, apesar de bem
173 elaborado, ainda invisibilizava as demandas específicas da comunidade
174 LGBTQIAPN+. Ele destacou que, enquanto a proposta tratava amplamente das
175 necessidades de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, havia uma
176 lacuna no atendimento às demandas da população LGBTQIAPN+, que
177 enfrentam desafios únicos e distintos. Paulo reforçou a importância de dar
178 visibilidade às questões relacionadas à população LGBTQIAPN+ dentro do
179 contexto estadual e municipal, lembrando a existência de políticas e demandas
180 específicas da Secretaria Nacional de Direitos da População LGBTQIAPN+. Ele
181 afirmou compactuar com a ideia central de Marcelo, mas destacou a
182 necessidade de incluir ações mais direcionadas para este segmento como parte
183 essencial do debate e do Plano Estadual de Cultura. **Karollen Lima** (Andarilha)
184 concordou plenamente com a fala de Paulo Holanda, ressaltando que esse tema
185 foi amplamente debatido nas conferências municipais e estaduais de cultura. Ela
186 destacou sua participação no eixo 4 e explicou que a proposta de visibilidade
187 deveria considerar todas as pessoas marginalizadas, como povos indígenas,
188 ribeirinhos, e a população LGBTQIAPN+. Karollen reforçou que essas pessoas,
189 independentemente de identidade, gênero, classe ou raça, enfrentam desafios
190 específicos e, portanto, precisam ser incluídas nas discussões e políticas
191 culturais. Ela enfatizou a relevância de abordar a acessibilidade cultural, conceito
192 destacado em debates anteriores e mencionado como uma contribuição



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

193 importante de Nanda, outra participante do processo. Para Karollen, a discussão
194 sobre inclusão cultural já evoluiu para um entendimento mais amplo de
195 "acessibilidade cultural" e "cultura do acesso", que deve permear todas as
196 políticas públicas culturais. Sua proposta é garantir que a visibilidade das pautas
197 LGBTQIAPN+ seja integrada de forma robusta às discussões, mas também que
198 a acessibilidade cultural seja tratada como um eixo transversal e obrigatório em
199 todas as políticas culturais, atendendo igualmente às necessidades de outros
200 grupos marginalizados, como negros e indígenas. Segundo Karollen, essa
201 discussão é essencial para a construção de políticas verdadeiramente inclusivas
202 e acessíveis. **Symone Farias** agradeceu pela contribuição e informou que
203 passaria a palavra para o Dr. Sérgio, que daria continuidade à reunião. **Dr.**
204 **Sérgio Cruz** iniciou sua fala destacando a proposta nacional **Criar, de forma**
205 **democrática e com participação social, uma política afirmativa de bolsas**
206 **para artistas, fazedores e trabalhadores da cultura (Bolsa Cultura),**
207 garantindo a ampla inclusão e participação de populações e grupos
208 historicamente invisibilizados, como mulheres, pessoas negras, quilombolas,
209 ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais
210 de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial,
211 circenses, população LGBTQIAPN+, povos e comunidades tradicionais,
212 populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, balseiros,
213 ribeirinhos, comunidades da agricultura familiar, população fronteiriça, população
214 em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em
215 situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas,
216 refugiados, pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência, pessoas
217 neurodivergentes, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura
218 invisibilizados socialmente. Ele frisou a importância de compreender a
219 abrangência dessa proposta e seu impacto em toda a sociedade, reafirmando
220 que não é restrita a um grupo específico, mas contempla uma ampla diversidade.
221 Após sua explanação. **Marcelo Dias** iniciou sua fala com dificuldades técnicas,
222 mas seguiu com suas contribuições ao debate. Ele declarou concordância com
223 as falas do conselheiro Paulo Holanda e Karollen Lima (Andarilha), ressaltando
224 que apresentou uma proposta detalhada no chat, que segue as diretrizes
225 aprovadas pela conferência. Destacou a importância da soberania da
226 conferência, sugerindo que as propostas sigam o que foi previamente aprovado,
227 ajustando apenas detalhes menores. Ele apontou a necessidade de trabalhar a
228 metodologia e os objetivos de forma clara, mencionando que sua proposta
229 contempla a reformulação do plano estadual de cultura. Marcelo sugeriu que
230 essa reformulação deveria incluir também uma reestruturação do Conselho
231 Estadual, que passaria a ser um "Conselho de Políticas Públicas Estaduais e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

232 Economia Criativa." Ele propôs que essa reestruturação fosse incorporada na
233 aprovação do plano estadual, evitando a necessidade de criar uma nova lei
234 separada para o conselho. Sobre as pautas relacionadas à diversidade e à
235 comunidade LGBTQIAPN+, Marcelo destacou que são demandas distintas, mas
236 igualmente importantes, alinhando-se à fala de Paulo. Ele também mencionou a
237 necessidade de percepção e aplicação de uma metodologia robusta para tratar
238 dessas questões dentro do sistema de cultura. Marcelo enfatizou a relevância de
239 consolidar o sistema de formação e capacitação, além de uma estruturação
240 definitiva que impacte o organograma da Secretaria de Cultura. Ele propôs a
241 efetivação de um núcleo de políticas públicas culturais que permita avançar em
242 ações afirmativas, abrangendo povos indígenas, mulheres, populações
243 periféricas, comunidades LGBTQIAPN+, entre outros grupos vulnerabilizados.
244 Embora reconheça as especificidades levantadas por Karollen, Marcelo sugeriu
245 que esses temas sejam abordados em etapas posteriores, após a reformulação
246 do conselho e a criação da coordenação proposta. Ele acredita que essas
247 mudanças estruturais possibilitarão atender demandas por editais e outras
248 políticas culturais de forma mais eficaz. **Karollen Lima (Andarilha)** iniciou sua
249 fala cumprimentando os presentes e enfatizou sua participação na construção
250 da proposta nacional. Ela compartilhou a dificuldade enfrentada no processo de
251 nomear os sujeitos contemplados pela política cultural, destacando que o campo
252 cultural é um espaço de disputas de interesses. Ressaltou que a definição
253 desses grupos foi um processo desafiador, considerando a necessidade de
254 representar adequadamente as diferentes populações. Apontou que seu foco
255 principal é a inclusão de populações em situação de vulnerabilidade. Ela sugeriu
256 que a proposta estadual incorpore a delimitação já estabelecida no âmbito
257 nacional, promovendo uma convergência entre as duas esferas. Essa
258 abordagem, segundo ela, asseguraria que os sujeitos envolvidos na diversidade
259 cultural sejam claramente identificados considerando aspectos como cor, etnia,
260 gênero e condições como deficiência incluindo também suas
261 interseccionalidades, como, por exemplo, uma pessoa com deficiência que
262 também é negra. Karollen destacou que o texto nacional já contempla essa
263 diversidade de forma ampla e argumentou que seria relevante trazer esse
264 mesmo escopo para a proposta estadual, assegurando alinhamento e
265 abrangência. Finalizou reiterando sua proposta de convergência para que as
266 definições nacionais de sujeitos sejam integradas à formulação estadual.
267 **Marcelo Dias** sugeriu que Andarilha pegasse sua proposta e fizesse as
268 adequações necessárias, relançando-a para que todos pudessem analisar. Ele
269 também mencionou que Paulo poderia fazer o mesmo, caso concordassem com
270 a ideia. Marcelo destacou que a proposta que ele preparou estava estruturada



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

271 de forma genérica, mas com a intenção de incluir objetivos e justificativas,
272 convidando Karollen e outros especialistas ou fazedores de cultura a revisar e
273 ajustar o texto conforme necessário. A intenção era avançar rapidamente com a
274 proposta, realizando as adequações específicas para torná-la mais alinhada com
275 a realidade e necessidades do grupo. **O conselheiro Paulo Holanda** expressou
276 seu apoio à proposta de **Marcelo Dias**, considerando-a uma boa base para
277 seguir em frente. No entanto, ele sugeriu algumas melhorias, como a inclusão
278 de **ações de valorização** específicas para a **comunidade LGBTQIPN**. Ele
279 destacou a importância de promover intercâmbios culturais dentro do estado,
280 como o festival **Miss Drag Tabatinga**, que ele conheceu durante uma visita a
281 Tabatinga, no interior do Amazonas. Paulo sugeriu que fosse dado mais foco a
282 essas ações de valorização e fortalecimento da comunidade LGBT,
283 mencionando a criação de uma **cadeira** no conselho, o que ele considerou uma
284 medida necessária para garantir a **representação permanente** dessas pessoas.
285 **Dr. Sérgio Cruz** expressou que, embora entenda a luta da comunidade LGBT, a
286 diversidade cultural abrange muito mais do que isso, incluindo populações
287 indígenas, ribeirinhas, comunidades tradicionais, e populações de campo, das
288 águas e da floresta, como estabelecido pela proposta nacional. Além disso, há
289 populações fronteiriças, como em Tabatinga, onde a arte e cultura também estão
290 presentes, mas não são amplamente reconhecidas. Também mencionou a
291 importância de valorizar as populações em situação de rua, como os artistas de
292 rua e capoeiristas, e os artistas idosos que muitas vezes ficam invisibilizados. O
293 exemplo de um senhor que faz malabares na Arena da Amazônia foi dado como
294 ilustração de um artista em situação de vulnerabilidade. Ele realiza essa
295 atividade sem o reconhecimento do poder público, necessitando de apoio
296 financeiro e técnico. Reconheceu a importância da luta da comunidade
297 LGBTQIAPN+, mas também destacou que a discussão deve ser mais
298 abrangente, incluindo outras minorias e questões culturais mais amplas. Além
299 disso, a proposta de criar uma cadeira específica para a comunidade
300 LGBTQIAPN+ foi discutida, mas sugeriu que, ao focar apenas em uma área
301 específica da diversidade cultural, poderia estar limitando a representatividade
302 de outras demandas culturais. Preferiu uma visão mais ampla para englobar as
303 diversas manifestações culturais do Estado. Foi destacado que o impacto
304 financeiro da criação de uma cadeira poderia ser sentido ao longo de três anos
305 e que, para a criação de uma cadeira específica, seria necessário um amplo
306 debate, considerando a representatividade de todas as áreas culturais. Ao final,
307 o CONEC sugeriu que se buscasse uma solução mais viável para ampliar a
308 representatividade, sem limitar a diversidade a uma única cadeira. **Marcelo Dias**
309 explicou que, embora compreenda o impacto orçamentário de criar uma nova



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

310 cadeira, é importante avaliar como ampliar essa cadeira, considerando tanto o
311 poder público quanto a sociedade civil. Ele ressaltou que a criação de uma
312 cadeira deve ser debatida no contexto do plano estadual de cultura, que será
313 encaminhado à Assembleia Legislativa para ser debatido pelos parlamentares e
314 aprovado pelo governador. Destacou que modificações substanciais no plano
315 são pouco prováveis, principalmente em relação à criação de uma nova cadeira.
316 Ele sugeriu que, em vez de criar uma cadeira específica, fosse criada uma
317 cadeira ampla de ações afirmativas que contemplasse diversas questões,
318 incluindo a comunidade LGBT. Ele também mencionou que, com uma
319 abordagem mais abrangente, poderia ser mais fácil obter a aprovação,
320 considerando as peculiaridades do parlamento local. Em relação ao plano,
321 Marcelo sugeriu que qualquer modificação no conselho ou a criação de novas
322 cadeiras poderia ser discutida em um outro projeto de lei. Marcelo também se
323 mostrou favorável à inclusão da proposta de ações afirmativas e destacou a
324 importância de ouvir diferentes grupos dentro do processo. Ele sugeriu a criação
325 de um grupo de trabalho dentro do plano estadual de cultura para dar maior
326 modernidade e alinhamento com as reformulações do conselho nacional. Com
327 isso, acredita que a proposta poderia ter uma aprovação unânime, caso fosse
328 bem articulada e apresentada na Assembleia Legislativa. **Dr. Sérgio Cruz**
329 discutiu a criação de novas cadeiras no Conselho Estadual de Cultura (CONEC),
330 destacando a importância de contemplar as diversas expressões culturais
331 presentes no estado. Ele mencionou, por exemplo, a necessidade de uma
332 cadeira específica para o Hip Hop, a Capoeira, e para grupos como os mestiços
333 e a comunidade LGBTQIAPN+. Ele explicou que esses grupos precisam
334 apresentar propostas formais para justificar sua inclusão no conselho,
335 destacando a importância de garantir representatividade dentro do conselho.
336 Também abordou a questão de que, mesmo que alguns grupos, como os
337 mestiços, não tenham uma identidade cultural amplamente reconhecida, se eles
338 se identificam dessa forma, a proposta precisa ser ouvida e considerada. Ainda
339 mencionou o desafio de expandir o número de cadeiras no conselho, devido à
340 complexidade administrativa e logística que isso poderia envolver. A estrutura
341 atual do conselho conta com 22 cadeiras, mas ele disse que poderia chegar até
342 30, com a paridade entre sociedade civil e poder público, para acomodar essas
343 novas demandas culturais. Contudo, ele alertou para os desafios dessa
344 expansão, incluindo a necessidade de uma logística adequada para garantir o
345 bom funcionamento. Por fim, ele reforçou a necessidade de uma análise
346 cuidadosa sobre a inclusão dessas novas cadeiras, destacando que a
347 diversidade cultural precisa ser abordada de forma estratégica e organizada para
348 evitar sobrecarga no conselho. Ele informou que Marcelo Dias sugeriu convidar



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

349 Loren a apresentar e discutir mais sobre o tema, propondo uma votação entre
350 os presentes para decidir sobre o convite. **Marcelo Dias** fez uma observação
351 sobre o regimento interno da conferência, que permite convidar atores externos
352 para emitir opiniões, mas sem direito a votar ou apresentar propostas. Em
353 seguida, ele concordou com a ideia de convidar Loren para participar,
354 mencionando que ela é uma pessoa muito específica dentro da classe, assim
355 como o Paulo. **Dr. Sérgio Cruz**, sem objeções, aceitou a proposta de convidá-
356 la, e indicou que Simone seria a responsável por fazer o convite formal. **Marcelo**
357 **Dias** então sugeriu que o número de cadeiras no Conselho Estadual de Cultura
358 fosse fixado em 2, a fim de evitar prolongar a discussão sobre o tema. Isso seria
359 uma proposta para limitar a quantidade de cadeiras, possivelmente para garantir
360 uma estrutura mais eficiente dentro do conselho. Propôs a realização de uma
361 reunião técnica para reformular as cadeiras do Conselho Estadual de Cultura,
362 sugerindo também que uma reunião com uma audiência pública fosse realizada
363 para discutir essas mudanças. Ele expressou concordância com Dr. Sérgio Cruz
364 em relação a não ampliar excessivamente as cadeiras, devido ao impacto que
365 isso poderia ter. Mencionou a ideia de criar uma "Cadeira de Ações Afirmativas"
366 que incluiria categorias como negritude, pessoas de matrizes africanas,
367 LGBTQIAPN+, indígenas, entre outras. No entanto, ele observou que a
368 discussão sobre essa questão poderia ser extensa, já que nem todos os
369 parlamentares concordariam com a ampliação das cadeiras, especialmente
370 considerando o impacto orçamentário disso. Ele também destacou que a SEFAZ
371 seria contra esse aumento, mas indicou que a proposta poderia ser mais viável
372 se incluída em uma cadeira existente, o que seria uma forma de defender os
373 interesses dessas comunidades sem causar grandes resistências. **Dr. Sérgio**
374 **Cruz** explicou que os delegados, incluindo os representantes indígenas, não são
375 apenas convidados, mas parte importante da composição do Conselho Estadual
376 de Cultura (CONEC). Ele destacou que, embora todos possam participar
377 ativamente das discussões e propor alterações, apenas os conselheiros terão
378 direito de voto. As propostas formuladas serão avaliadas conforme o regimento
379 do conselho e o sistema nacional de cultura, e, após a contribuição de todos, o
380 plano estadual de cultura será aprovado pelos conselheiros. Ele também
381 mencionou a necessidade de formalizar as propostas e pediu para que todos
382 tentassem agilizar a discussão devido ao prazo apertado. Em relação à proposta
383 das cadeiras no conselho, ele indicou que, embora não seja o tema central da
384 proposta aprovada na conferência, ela está relacionada à representatividade e
385 diversidade. **Marcelo Dias** está revisitando o tema das cadeiras no Conselho
386 Estadual de Cultura e mencionou que já havia apresentado sua proposta
387 anteriormente, enquanto Dr. Sérgio Cruz estava no trânsito. Marcelo explicou



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

388 que o texto sobre a cadeira foi discutido por todos os participantes, e agora ele
389 acredita que a proposta está amadurecida o suficiente para ser reescrita. A
390 discussão gira em torno de como a "cadeira" será formalizada no contexto do
391 conselho. Ele começa a explicar mais sobre sua visão para a cadeira que está
392 propondo, destacando, possivelmente, a importância de uma abordagem mais
393 detalhada sobre o tema. **Marcelo Dias** mencionou que a proposta sobre as
394 cadeiras no Conselho Estadual de Cultura deve ser mais abrangente,
395 contemplando uma diversidade de grupos. Ele sugeriu também que, após a
396 revisão do texto, seja realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa
397 para discutir o assunto. O debate sobre as cadeiras continua sendo um ponto
398 central, com a intenção de ampliar a representatividade de diferentes setores
399 culturais e sociais. **Dr. Sérgio Cruz** continuou a discussão sobre a proposta de
400 ampliação das cadeiras no Conselho Estadual de Cultura. Ele explicou que o
401 objetivo é criar setores e departamentos dentro da Secretaria de Estado da
402 Cultura (SEC) para alinhar as políticas afirmativas do governo federal. Esses
403 departamentos seriam planejados para incluir ações culturais com foco em
404 diversidade e afirmativas, como abordado no Plano Estadual de Cultura. Além
405 disso, ele mencionou a importância de incluir um organograma que reflita esses
406 setores. A discussão também envolveu a inclusão de cadeiras representativas
407 para grupos diversos, com a proposta sendo ampliada para visibilizar diferentes
408 comunidades, como as indígenas e outras minorias. **Loren Lunière**
409 compartilhou sua experiência pessoal e profissional durante a reunião. Ela
410 expressou sua gratidão pela oportunidade de participar e colaborar com o
411 Conselho. Loren, que é lésbica e tem uma trajetória marcada pela superação de
412 dificuldades e vulnerabilidades sociais, enfatizou a importância da
413 representatividade nas discussões sobre políticas culturais. Ela defendeu a
414 criação de cadeiras específicas para grupos marginalizados, como LGBT, povos
415 indígenas, e comunidades negras e de terreiro, destacando que a falta dessas
416 representações contribui para a invisibilidade dessas populações nas discussões
417 culturais. Ela também criticou a falta de diversidade nas oitivas e nas discussões
418 sobre questões específicas dessas comunidades, mencionando que
419 frequentemente os moderadores dessas discussões são brancos e
420 heteronormativos, o que não reflete a realidade dessas populações. Loren fez
421 um apelo para que, dentro das secretarias, haja uma mudança real e estruturante
422 para promover a inclusão e a representatividade, sem ficar apenas em medidas
423 paliativas. Ela concluiu sua fala afirmando que, se necessário, mobilizaria a
424 imprensa para pressionar o parlamento a adotar essas mudanças, reiterando a
425 urgência de enfrentar essas questões agora, antes que seja tarde demais. **Dr.**
426 **Sérgio Cruz**, após ouvir a fala de Loren, respondeu destacando a importância

427 de garantir a representatividade no Conselho Estadual de Cultura, mencionando
428 a relevância de se incluir uma cadeira específica para a comunidade LGBT. No
429 entanto, ele ressaltou que o foco principal da conversa é sobre a inclusão no
430 Conselho de uma parte da diversidade cultural, especificamente de grupos
431 historicamente marginalizados. Ele explicou que, embora seja possível exigir a
432 inclusão de mais cadeiras no plano estadual de cultura, não se pode especificar
433 quais grupos deverão ter representação, pois sempre haverá aqueles que não
434 foram contemplados. Para ilustrar isso, ele leu um trecho da proposta nacional,
435 que inclui uma vasta gama de grupos invisibilizados e marginalizados, como
436 mulheres, pessoas negras, quilombolas, povos indígenas, comunidades LGBT,
437 artistas de rua, migrantes, apátridas, idosos, pessoas com deficiência, entre
438 outros. Enfatizou que, embora seja essencial escutar todos esses grupos e
439 encontrar uma forma de incluir sua voz nas decisões culturais, a questão de
440 quais cadeiras serão criadas e quem será representado deve ser tratada com
441 cuidado para não deixar ninguém para trás. **Loren Lunière**, em sua intervenção,
442 abordou a questão da representatividade no Conselho Estadual de Cultura,
443 destacando a importância de se criar cadeiras específicas para grupos que
444 enfrentam marginalização, como a comunidade LGBT, povos indígenas e
445 pessoas negras ou tradicionais. Ela sugeriu que a inclusão dessas cadeiras seja
446 baseada em índices populacionais, com o exemplo de que a população LGBT
447 no estado já representa 4% da população, segundo o IBGE. Loren também
448 ressaltou as dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ no
449 Amazonas, como a falta de visibilidade e o fato de que eventos como o Dia do
450 Orgulho LGBT (28 de junho) são "engolidos" pelo foco nas festividades do boi-
451 bumbá, uma tradição cultural popular da região. Ela mencionou que, devido a
452 essa sobreposição de datas, a pauta LGBT acaba sendo deixada de lado e não
453 há um espaço próprio para discussão sobre os direitos e questões dessa
454 comunidade. Ela concluiu sua fala defendendo a criação das cadeiras para a
455 comunidade LGBT, povos indígenas e povos negros ou tradicionais como uma
456 forma de garantir uma maior representatividade e participação desses grupos
457 nas decisões culturais do estado, enfatizando que essa era sua "humilde
458 opinião". **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu que, em resposta à falta de visibilidade da
459 comunidade LGBTQIAPN+ durante o Dia do Orgulho (28 de junho), a criação de
460 uma data específica, seja estadual ou até municipal, para garantir a visibilidade
461 e discussão das questões LGBT. **Loren Lunière** destacou que, apesar da falta
462 de apoio político atual, o fórum LGBT da região está forte e tem a data para
463 visibilidade LGBT como uma das suas pautas, com o objetivo de conquistá-la
464 com perseverança. **Dr. Sérgio Cruz** abordou questões sobre a representação e
465 visibilidade de diversos grupos no estado. Inicialmente, foi discutida a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

466 possibilidade de criar novas cadeiras no conselho para atender diferentes
467 segmentos da população, incluindo os povos mestiços, que representam cerca
468 de 60% da população amazonense. Esses povos frequentemente se identificam
469 como negros ou indígenas, o que acaba obscurecendo sua representatividade
470 específica. Ponderou que, para cada cadeira criada para a sociedade civil, seria
471 necessário abrir uma cadeira correspondente para o poder público, o que
472 ampliaria o debate sobre a representatividade e a participação de outros grupos,
473 como os do hip hop. Destacou que o plano estadual de cultura é uma estratégia
474 de longo prazo, com previsão para os próximos 10 anos, e que é necessário
475 pensar no futuro, com metas a serem alcançadas até 2034, possivelmente 2035,
476 caso o plano seja aprovado no ano seguinte. Além disso, o conselho já possui
477 cadeiras para a cultura afrodescendente e para a cultura indígena, mas discutiu
478 a demanda por mais representações dentro desses grupos, como a capoeira,
479 que também reivindica sua própria cadeira. **Loren Lunière**, ao contribuir para a
480 discussão, afirmou que, embora fosse sensível à questão das identidades
481 culturais e sociais, a multiplicação das cadeiras poderia dispersar o foco. Ela
482 apontou que no município de Manaus, a falta de distinção entre as culturas
483 indígenas e negras em uma única cadeira no conselho tem causado problemas
484 de visibilidade. Loren enfatizou a necessidade de considerar, no contexto da
485 violência, a situação da comunidade LGBT, especialmente dada a violência
486 contra mulheres e pessoas LGBT no Amazonas, um dos estados mais perigosos
487 do Brasil para essas populações. Ela também sugeriu que, embora o conselho
488 tenha avançado em algumas questões, a inclusão de uma cadeira específica
489 para a comunidade LGBT, levando em conta suas necessidades e experiências
490 distintas, seria essencial para garantir maior representatividade e visibilidade.
491 Loren agradeceu o espaço para suas considerações, ciente de que nem todas
492 as questões seriam resolvidas imediatamente, mas que o processo deveria
493 continuar avançando. **O conselheiro Paulo Holanda**, ao acompanhar o debate,
494 expressou sua compreensão sobre as preocupações de Sergio e o
495 posicionamento de Marcelo a respeito da criação de novas cadeiras no conselho.
496 Ele sugeriu que, ao invés de uma cadeira isolada, poderia ser criada uma cadeira
497 de gênero e diversidade, como uma estratégia para abordar as questões
498 levantadas, especialmente em relação à visibilidade de diferentes grupos. **Dr.**
499 **Sérgio Cruz**, no entanto, interrompeu Paulo para esclarecer que, mais do que
500 uma única cadeira, seria necessário pedir a criação de várias cadeiras
501 específicas para cada área de representatividade, ampliando assim a
502 diversidade no conselho. Eles consideraram a possibilidade de aumentar o
503 número de cadeiras para até 30, o que poderia ser uma forma de contemplar
504 mais segmentos da sociedade, como o hip-hop e os povos mestiços, sem perder



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

505 o foco nas questões de gênero e diversidade. **O conselheiro Paulo Holanda,**
506 então, explicou sua visão, destacando que a criação de uma cadeira voltada para
507 o gênero e diversidade priorizaria a temática central do debate. Ele mencionou
508 que algumas áreas já estão contempladas, como a cultura afro e a capoeira, mas
509 enfatizou que a discussão sobre a criação de uma cadeira para a cultura LGBT
510 é de grande importância. Segundo ele, essa pauta não é apenas uma questão
511 local, mas uma necessidade nacional, como evidenciado pela criação de uma
512 secretaria exclusiva no Ministério dos Direitos Humanos para a pauta LGBT.
513 Também reconheceu que esse debate poderia enfrentar resistência,
514 especialmente no contexto conservador presente na Câmara e na Assembleia.
515 Contudo, ele sugeriu que o conselho deveria considerar a criação de cadeiras
516 no plural, para incluir diferentes identidades dentro da temática de gênero e
517 diversidade, a fim de evitar a invisibilidade de algum grupo. Ele agradeceu a
518 proposta de Sergio, que alertou para a necessidade de mais pluralidade, e se
519 mostrou favorável a seguir nessa direção para viabilizar o protagonismo dos
520 grupos mais marginalizados, como a comunidade LGBT. **Karollen Lima**
521 reconheceu que o debate atual não representa o ideal para a classe LGBT, mas
522 que, apesar das limitações, é uma tentativa de avançar nas políticas públicas,
523 tanto a nível estadual quanto nacional. Ela destacou que, embora a construção
524 desses debates ainda esteja distante do que foi discutido na conferência
525 nacional, é importante não perder a oportunidade de conquistar uma cadeira que
526 atenda minimamente aos anseios da classe LGBT. Endossou a proposta de
527 Paulo, sugerindo a criação de uma cadeira voltada para a diversidade cultural e
528 de gênero, de modo que, dentro dessa estrutura, fosse possível atender a
529 diversas demandas, não apenas dos grupos LGBT, mas também de outros
530 segmentos que necessitam de visibilidade. **Loren Lunière,** por sua vez,
531 concordou com a posição de Andarilha, reforçando a importância da proposta.
532 Ela mencionou sua participação na quarta Conferência Nacional de Cultura,
533 especialmente nas reuniões do setor LGBT, e destacou o crescimento do
534 movimento em todo o Brasil, inclusive em estados conservadores. Loren
535 compartilhou uma experiência preocupante em Santa Catarina, onde um projeto
536 LGBT foi negado pelo prefeito, ressaltando os perigos ainda enfrentados pela
537 comunidade. Ela enfatizou que este é um momento crucial para levantar a pauta
538 LGBT e avançar, caso contrário, a oportunidade poderia ser perdida. **Loren**
539 agradeceu a Andarilha e a Paulo pela contribuição e parabenizou-os pela
540 proposta. **Dr. Sérgio Cruz** mencionou a importância de considerar a economia
541 criativa, especialmente no contexto dos ribeirinhos, muitos dos quais são
542 mulheres que participam dessa economia. Ele sugeriu que a economia criativa
543 também poderia ser uma área para criação de uma cadeira no Conselho



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

544 Estadual de Cultura. Dr. Sérgio também destacou que, ao discutir a inclusão de
545 novas cadeiras, é fundamental deixar as propostas em aberto, pois há um
546 período de 10 anos para discutir a viabilidade e fazer ajustes no orçamento para
547 incluir essas novas representações. Ele aplaudiu a proposta de inclusão das
548 cadeiras no **Plano Estadual de Cultura**, mencionando que, apesar de já
549 estarem sendo discutidas pela comissão legislativa do Conselho, a proposta que
550 estavam trazendo seria muito importante e deveria constar oficialmente no plano.
551 Sugeriu que as novas cadeiras poderiam ser voltadas para representações de
552 populações invisibilizadas, incluindo, possivelmente, a de gênero, como uma
553 forma de ampliar a representatividade dentro do Conselho. **Marcelo Dias**
554 destacou a importância de discutir a **Instrução Normativa Nº 8**, que trata das
555 ações afirmativas, e mencionou que essas ações englobam grupos como
556 indígenas, pessoas periféricas, mulheres em situação de vulnerabilidade e
557 negros. Então perguntou se o projeto também incluiria a população
558 LGBTQIAPN+. **Dr. Sérgio Cruz** respondeu afirmando que a diversidade cultural
559 e a diversidade de gênero estavam inclusas, sugerindo também que a população
560 invisibilizada fosse considerada. Ele explicou que essa era uma sugestão
561 pessoal e abriu espaço para que alguém se manifestasse com uma posição
562 contrária ou com outra contribuição. Reiterou que estava ali apenas como uma
563 ferramenta para gerar discussão e desenvolvimento do tema, permitindo que os
564 participantes se expressassem livremente. **Marcelo Dias** continuou falando
565 sobre a nova nomenclatura sendo criada no Conselho Nacional de Cultura, que
566 atribui uma referência para cada cadeira. Ele mencionou, por exemplo, que uma
567 cadeira poderia estar ligada à música, com base em uma lei, enquanto outra
568 poderia ser relacionada ao teatro ou às artes plásticas, com fundamentos
569 específicos para cada área, garantindo que o processo fosse substancial e bem
570 fundamentado. **Dr. Sérgio Cruz** questionou o que ocorreria caso não houvesse
571 uma **referência** para pleitear uma cadeira, sugerindo que seria importante ter
572 essa base. **Marcelo Dias** esclareceu que a sugestão seria para dar um
573 embasamento legal robusto ao processo, evitando questionamentos sobre a
574 adequação das propostas. **Marcelo Dias** então comentou sobre os desafios de
575 levar essa proposta ao parlamento, mencionando que, uma vez que a matéria
576 chegasse lá, ela ficaria fora do controle do conselho, e os parlamentares
577 poderiam rejeitá-la com base em suas preferências políticas, especialmente se
578 tivessem uma postura conservadora. Ele sugeriu que, com um fundamento legal
579 claro, a proposta teria uma chance maior de ser bem-sucedida no parlamento,
580 evitando rejeições ou devoluções da matéria. Explicou que, em sua visão, o
581 processo deveria ser acompanhado por embasamento técnico e orientações
582 claras para garantir que a proposta tramitasse adequadamente, sem riscos de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

583 ser derrubada. **Dr. Sérgio Cruz** comentou que ainda não havia estudo ou
584 formato consolidado, já que o processo estava em fase de criação pela comissão
585 legislativa do conselho. Ele mencionou que, quando o estudo fosse feito, com a
586 análise do impacto financeiro, o conselho poderia decidir quantas cadeiras
587 seriam abertas e como se dividiria entre poder público e sociedade civil. O
588 conselho se comprometeria a realizar uma escuta ampla da sociedade para
589 decidir quais entidades ou grupos poderiam ter representação nas cadeiras.
590 Continuou dizendo que, após essa ampla discussão, uma vez tomada a decisão,
591 o conselho encaminharia a proposta para a assembleia, que apenas ratificaria a
592 decisão, já que a proposta estaria previamente acordada e discutida. **Marcelo**
593 **Dias** discordou levemente do que o **Dr. Sérgio** havia colocado, afirmando que a
594 matéria seria de direito originário e não de ordem complementar. Ele explicou
595 que, em sua opinião, o projeto de lei deveria ser tratado como uma matéria
596 ordinária, e não complementar, e que, assim como o **Dr. Sérgio** sugeriu, o
597 processo poderia voltar para aprovação, mas tratada de maneira ordinária.
598 **Marcelo Dias** continuou dizendo que, para ele, a proposta deveria ser tratada
599 de forma mais nominativa, ressaltando a complexidade jurídica envolvida e a
600 necessidade de um entendimento aprofundado para saber se o conteúdo da
601 matéria seria de natureza ordinária ou complementar. Caso fosse complementar,
602 ele concordaria com o **Dr. Sérgio**, mas caso fosse ordinária, ele indicou que a
603 situação seria mais complexa. **Marcelo Dias** sugeriu que, para garantir que os
604 parlamentares se engajassem no processo e compreendessem o seu valor, seria
605 fundamental realizar uma audiência pública, embora ele soubesse que essa
606 questão não estivesse no escopo da reunião técnica extraordinária. Ele também
607 destacou que a proposta do **eixo 4** foi muito bem complementada, e, apesar da
608 complexidade jurídica, o tema das cadeiras estava adequadamente
609 contemplado. Disse que seria necessário um estudo aprofundado sobre se a
610 matéria seria ordinária ou complementar, para que o processo avançasse de
611 maneira mais eficaz e segura. **O conselheiro Paulo Holanda** disse que não
612 bastava apenas ser ordinário e que seria necessário refletir sobre as demandas
613 dos conselhos, e como essas demandas precisariam ser devidamente
614 justificadas. Ele destacou a importância de uma fundamentação sólida para
615 qualquer proposta. Continuou comentando que não adiantaria apenas tirar algo
616 da cabeça e afirmar que gostaria de ser reconhecido de uma determinada
617 maneira. Ele usou o exemplo de querer ser reconhecido como "piaba", uma
618 referência irônica, dizendo: "não adianta eu tirar a voz da minha cabeça lá e falar,
619 'eu quero ser reconhecido agora como piaba'... é como se fosse retirado de
620 piaçaba" Ele sugeriu que fosse apresentado um **estudo** para ser analisado, que
621 poderia ser embasado por **professores** ou **pesquisadores**, a fim de fornecer



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

622 uma fundamentação sólida para a criação de uma nova cadeira. Também
623 comentou que não seria possível simplesmente chegar e afirmar algo sem um
624 respaldo teórico. Ele usou o exemplo de alguém acordar e se declarar parte de
625 uma nova comunidade, dizendo: "Não tem como você chegar lá e falar assim,
626 'aí, olha, acordei hoje, eu sou amarelo" E aí eu chego, tem uma comunidade
627 amarela na minha família, de 5 pessoas." Ele reiterou a necessidade de um
628 estudo fundamentado para justificar qualquer proposta, destacando que isso
629 fazia parte de um processo de pesquisa legítima. "Isso tudo é fundamentado,
630 isso é pesquisa, tem estudos por trás disso, tem um levantamento." Disse que
631 quando a proposta chegasse à assembleia, ela deveria ser acompanhada de um
632 estudo antropológico ou histórico, para que os parlamentares soubessem como
633 lidar com a demanda cultural. Ele enfatizou que era essencial fornecer algo
634 substancial para garantir que os parlamentares compreendessem e aceitassem
635 a proposta. Finalizou dizendo que a criação de qualquer cadeira deveria ser
636 acompanhada de um estudo bem fundamentado. "Só tem que ter um estudo.
637 Aqui tem um estudo antropológico, um estudo histórico", tem uma demanda da
638 comunidade. Isso é o mínimo para aceitar a demanda da criação de qualquer
639 cadeira." **Marcelo Dias** complementou mencionando que apresentaria uma
640 visão jurídica da coisa ordinária ou complementar, destacando a necessidade de
641 entendimento sobre o arcabouço jurídico. **Dr. Sérgio Cruz** destacou a
642 importância do que o conselheiro Paulo Holanda havia mencionado, afirmando
643 que, a partir do momento em que ocorre uma ampla discussão, torna-se
644 fundamental que cada ente interessado em obter representação apresente o seu
645 projeto. Ele questionou o motivo pelo qual esses grupos desejam tal
646 representação e como ela será estruturada. Em seguida, ele explicou que,
647 conforme comentado pela Loren, é necessário levar em consideração a
648 quantidade da população que representa aquela identidade, bem como os
649 estudos realizados sobre o tema. Também mencionou a forma como a federação
650 e a União tratam essa questão em âmbito federal, ressaltando que tudo isso faz
651 parte de um projeto que deve incluir pontos de pesquisa. Ele enfatizou que tais
652 projetos exigem muito trabalho de pesquisa em diversas áreas para serem
653 devidamente contemplados e apoiados. Pontuou que o foco da proposta
654 estadual é a criação de um setor ou departamento específico na Secretaria de
655 Cultura para tratar desse tema. No entanto, ele lembrou que isso gera impacto
656 financeiro e orçamentário, sendo necessário um estudo detalhado sobre essas
657 questões. Comparou o processo a uma pavimentação de estrada, afirmando que
658 se trata de um projeto de longo prazo, com horizonte de 10 anos, onde o
659 importante é garantir o registro e acompanhamento pelo Conselho Estadual de
660 Cultura, além da sociedade. O plano estadual será revisado a cada quatro anos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

661 para avaliar o que está funcionando, o que precisa de mais ênfase e o que pode
662 ser retirado. As propostas já aprovadas não devem ser alteradas, mas que
663 ajustes podem ser feitos nos desdobramentos e estratégias durante a execução.
664 É necessário criar estratégias, metas e indicadores para garantir a eficácia das
665 ações, enfatizando que muitas vezes há muitas ações, mas poucas estratégias
666 claras, metas ou indicadores. **Marcelo Dias** mencionou que havia acabado de
667 compartilhar no chat um organograma que representa como deverá ser o
668 Sistema Nacional de Cultura, destacando que ele tem uma correspondência no
669 Sistema Estadual. Disse que o sistema de formação na área cultural está
670 associado à criação de um novo departamento de políticas públicas na
671 Secretaria de Cultura. Este departamento englobaria a atuação de diversos
672 profissionais, como Thiago Hermido, Luciane Ituassú e Anne Paiva, e funcionaria
673 como uma coordenação de políticas públicas culturais. Ele ressaltou que o
674 departamento teria a responsabilidade de gerir o programa de formação na área
675 cultural e supervisionar indicadores. Ele também destacou a importância da
676 criação de uma comissão de intergestores e informou que a SEC já havia
677 formado a Comissão de Gestores de Cultura, com 12 entes aderindo à iniciativa.
678 Marcelo apontou que esses entes estão aguardando a criação de uma estrutura
679 bipartite pelo Estado, que seria integrada ao sistema tripartite. O sistema cultural
680 já conta com órgãos de cultura, um conselho e um fundo estabelecidos, além de
681 um plano sendo formulado. Ele questionou se a coordenação proposta deveria
682 ser incluída no plano ou tratada de forma separada, apontando que a alteração
683 no organograma da Secretaria de Cultura geraria impacto orçamentário. Ele
684 enfatizou a necessidade de sensibilizar a Secretaria da Fazenda, parlamentares
685 e outros agentes políticos, além de articular com o governador para obter a
686 aprovação necessária. Marcelo concluiu que o caminho para avançar é seguir o
687 rito estabelecido, ressaltando que não há como escapar dessa estrutura. **Dr.**
688 **Sérgio Cruz** informou que, atualmente, a ASPC funciona como uma assessoria,
689 e não como uma coordenação. O que está sendo solicitado na discussão é a
690 criação de setores equiparados aos pontos abordados pelo Sistema Nacional de
691 Cultura. Em seu entendimento, trata-se de abrir um setor específico. No entanto,
692 ele interrompeu brevemente sua linha de raciocínio para alertar sobre o
693 cronograma da Secretaria de Cultura, mencionando que levou quatro anos para
694 ser implementado e foi aprovado somente no quinto ano, totalizando quase cinco
695 anos para que saísse do estudo inicial e fosse incorporado no novo formato. Ele
696 pontuou que, nessa situação, é necessário considerar se seria mais adequado
697 criar um setor ou um departamento. Ressaltou que um setor é muito mais amplo
698 que um departamento, sendo este uma área específica dentro de um setor.
699 Questionou como isso deveria ser formulado por escrito, solicitando que essa



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

700 estrutura fosse definida e registrada. **Marcelo Dias** perguntou ao Dr. Sérgio Cruz
701 se ele poderia esclarecer como será o novo organograma da Secretaria de
702 Cultura, mencionando que ele próprio não tem conhecimento sobre o modelo
703 atual. Marcelo também questionou como será essa nova reformulação,
704 referindo-se ao contexto da discussão em andamento. **Dr. Sérgio Cruz** explicou
705 que o novo organograma da Secretaria de Cultura foi aprovado e está sendo
706 implementado desde o ano passado. A ideia de reformular o organograma surgiu
707 em 2017, mas, por questões relacionadas ao mandato da época, não foi
708 concretizada. Quando o ex-secretário Marcos Apolo assumiu, ele trabalhou na
709 reativação dos Conselhos de Patrimônio e Cultura, além da reestruturação do
710 organograma da Secretaria. Esse novo organograma foi pensado para melhorar
711 o desenvolvimento da política pública cultural, incluindo a criação de uma
712 Assessoria responsável por dialogar com a sociedade e o poder público,
713 trazendo informações para subsidiar o trabalho do secretário. Ele disse que não
714 tinha detalhes sobre o organograma em mãos no momento, mas que poderia
715 consultá-lo e obter informações mais precisas para compartilhar posteriormente.
716 Propôs continuar a discussão no período da tarde, às 13h15, após uma pausa
717 para o almoço. Informou que as reuniões estão organizadas em dois turnos para
718 facilitar a participação de diferentes pessoas e que os links enviados
719 permaneceriam os mesmos para as discussões seguintes. **Marcelo Dias**
720 agradeceu a participação de Loren, destacando sua disponibilidade em atender
721 um chamado improvisado e ressaltando a importância de parcerias firmes e
722 consistentes. Também elogiou a contribuição do conselheiro Paulo Holanda,
723 Andarilha, mencionando que a ampliação das propostas apresentadas foi feita
724 de forma inteligente. Embora não seja da área cultural, procurou elaborar uma
725 proposta técnica alinhada às diretrizes do Ministério da Cultura. Ele destacou
726 estar participando da discussão como delegado eleito pelo poder público e não
727 como representante do Ministério, embora tenha trazido um arcabouço das
728 orientações ministeriais. Reconheceu a importância de ampliar a
729 representatividade para grupos como LGBTQIAPN+ e outros segmentos
730 invisibilizados, mesmo que as limitações impostas pelas diretrizes atuais exijam
731 uma abordagem baseada no que é viável e efetivo. Marcelo reforçou que ações
732 afirmativas podem e devem permitir uma expansão das propostas conforme
733 desejado. Por fim, agradeceu a todos pela contribuição ao eixo 4 da Terceira
734 Conferência Estadual de Cultura, que contribuirá para a formulação do Plano
735 Estadual de Cultura. **Dr. Sérgio Cruz** agradeceu as contribuições e informou que
736 iria revisar o material com mais atenção. Ele sugeriu que, durante a tarde,
737 poderiam retomar a discussão sobre pontos específicos para aprofundamento e
738 expansão das ideias. Encerrou agradecendo a todos pela participação e reforçou



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

739 o horário de retorno às 13h15, incentivando que todos estivessem preparados
740 para continuar as discussões de forma produtiva. No período vespertino
741 **Marcelo Dias** fez uma intervenção breve, antes de iniciar a reunião, para solicitar
742 um retorno sobre a proposta que havia encaminhado anteriormente. **Dr. Sérgio**
743 **Cruz** explicou que ainda não teve a oportunidade de analisar a proposta enviada.
744 Ele mencionou que o presidente interino havia solicitado que ele despachasse
745 algumas questões antes, o que tomou seu tempo. Portanto, ele ainda não pôde
746 revisar completamente o conteúdo. Informou que até o momento, apenas
747 Marcelo Dias está presente na reunião. Ele comentou que outros participantes,
748 não estavam presentes ou não poderiam se juntar, mas que ele tem um
749 compromisso e não poderia falar muito mais naquele momento. **Marcelo Dias**
750 informou que tem uma agenda pessoal e de trabalho, incluindo uma reunião
751 convocada por Sinésio Campos, que ocorrerá no Mirante sobre profissionais da
752 área da cultura. **O secretário geral, Pedro Cacheado**, agradeceu a participação
753 de todos e fez algumas observações sobre o andamento da reunião. Ele
754 mencionou que a reunião pode ser cansativa e pediu que todos se alimentassem
755 e fizessem intervalos para garantir o bem-estar durante os trabalhos. Informou
756 que precisaria sair para uma visita técnica no Centro Cultural dos Povos da
757 Amazônia e uma reunião às 16h. Também comunicou que pediria a suspensão
758 de sua participação na comissão até o dia 29, mas que estaria presente na
759 construção do Plano Estadual de Cultura. Ele finalizou agradecendo a todos pelo
760 trabalho e ressaltando a importância da contribuição coletiva. **Marcelo Dias**
761 levantou um ponto crucial sobre a questão jurídica da reformulação do Conselho
762 Estadual de Cultura, destacando a importância de aproveitar a "janela" de
763 oportunidade criada pela proposição do Plano Estadual de Cultura. Ele sugeriu
764 que uma possível reformulação do Conselho poderia ser inserida de forma
765 genérica dentro do projeto de lei do plano, que inclui três pilares principais:
766 administração, legislação e orçamento. Isso poderia permitir uma aprovação
767 mais ampla, mesmo em um parlamento que pode ser mais conservador. Ele
768 também trouxe à tona duas alternativas para a abordagem legislativa: uma via
769 ordinária, onde a proposta seria enviada diretamente à Assembleia Legislativa,
770 com cadeiras nominativas; ou uma alternativa complementar, que exigiria mais
771 estudo para avaliar a viabilidade jurídica. **O Secretário Geral** fez uma sugestão
772 estratégica para a discussão sobre a reformulação do Conselho Estadual de
773 Cultura. Ele propôs que a Assembleia Legislativa e sua comissão permanente
774 de Cultura fossem "amarradas" pelo Plano Estadual de Cultura, ou seja, garantir
775 que a comissão de Cultura não possa ser extinta por decisão da ALEAM, caso
776 ela esteja prevista e garantida dentro desse plano. A reformulação do conselho
777 pode ser tratada dentro de uma nova lei do conselho, que já está sendo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

778 trabalhada na Comissão de Constituição e Justiça. A ideia seria assegurar que,
779 por meio da tramitação das leis e da comissão, a cultura tenha uma
780 representação estável e não seja facilmente removida. Ao final, propôs um
781 encontro mais informal para aprofundar a discussão sobre esses temas,
782 sugerindo uma conversa mais detalhada para explorar as possíveis soluções e
783 abordagens de forma mais organizada. **Marcelo Dias** apresentou três
784 estratégias para a reformulação do Conselho Estadual de Cultura, destacando
785 as seguintes opções: **Inserção no Plano Estadual de Cultura**: Uma abordagem
786 onde a reformulação do conselho seria "inserida" dentro do plano estadual de
787 cultura, similar à como projetos são adicionados ao Congresso como "jabutis",
788 ou seja, temas não relacionados diretamente ao projeto principal, mas que
789 podem ser aprovados dentro dele. Marcelo acredita que, se feito de forma
790 genérica, isso poderia ser aceito sem resistência. **Mudança Legislativa (Forma**
791 **Originária)**: Outra estratégia seria uma alteração legislativa mais direta, o que
792 geraria mais dificuldades, mas que poderia resultar em mudanças mais
793 substanciais. Esse tipo de mudança provavelmente enfrentaria resistência e
794 "rinha" no processo legislativo. **Mudança Complementar**: A terceira alternativa
795 é fazer um pedido para aumentar o número de cadeiras no Conselho de Cultura
796 de forma complementar. Por exemplo, a sugestão seria adicionar de 2 a 6
797 cadeiras de forma paritária, permitindo a representação demais setores. Essa
798 mudança, embora mais longa, poderia ser uma solução viável, com os
799 conselheiros sugerindo os nomes e a forma de preenchimento das novas
800 cadeiras. Ele sugeriu que a estratégia do "jabuti" seria mais ousada, mas eficaz
801 se os conselheiros aceitarem, enquanto a mudança complementar poderia ser
802 mais plausível e menos conflituosa, embora exigiria mais tempo para tramitar.
803 Também mencionou que é importante considerar a questão orçamentária ao
804 planejar essas mudanças, pois poderia afetar a dotação orçamentária da área
805 cultural. **Dr. Sérgio Cruz** está mencionando que muitos participantes da reunião
806 da tarde estarão envolvidos em dois eventos importantes relacionados à Cultura.
807 Já a **Conselheira Jordania Galdino** enfatiza a importância da presença dos
808 conselheiros e destaca que não poderá faltar à reunião dessa vez, pois da última
809 vez que foi marcada, estava viajando, com a busca ativa. **Dr. Sérgio Cruz** está
810 sugerindo que a reunião seja suspensa por causa da competição com duas
811 atividades extras que ocorrerão no mesmo horário. Ele propõe a possibilidade
812 de reagendar a reunião para o dia seguinte e menciona que há dois pontos
813 pendentes, um sobre memória que é dos museus e, outra proposta vai ficar
814 aberta que é do item 2. Ele também comenta que a proposta de Marcelo não fala
815 em momento algum a LGBTQIAPN+, que é uma preocupação de alguns
816 participantes, pois a proposta aborda outras questões, como mulheres e negros.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

817 **Marcelo Dias** está esclarecendo que não está excluindo a classe, mas sim
818 deixando algo específico para a classe complementar. Ele também menciona um
819 critério limitador que ele possui enquanto membro do Ministério da Cultura,
820 destacando que existem restrições normativas que precisam ser seguidas. Além
821 disso, ele enfatiza que, dentro do arcabouço do Ministério, não existe uma
822 cadeira específica para LGBTQIAPN+, e que há limitações estabelecidas pela
823 instrução normativa e também menciona que não decide sozinho. **Dr. Sérgio**
824 **Cruz** ressaltou que, entre os pontos levantados, muitos poderiam ser
825 transformados em ações concretas. Ele observou que algumas dessas
826 propostas, no entanto, não se encaixariam no eixo atual e poderiam ser
827 remanejadas para outros eixos, conforme necessário. Explicou que, ao elaborar
828 o documento final, todas as ações seriam incluídas sem mencionar quem as
829 encaminhou, assegurando imparcialidade. Ele destacou, como exemplo, a
830 proposta sobre o "Estabelecimento do Ponto de Cultura", sugerindo que essa
831 ação seria mais adequada ao eixo 2. Além disso, mencionou que a "Criação de
832 Programas de Formação" seria redirecionada ao eixo 1. Essas mudanças visam
833 organizar melhor as ações e adequá-las aos objetivos específicos de cada eixo.
834 **Marcelo Dias** destacou que não se preocupa com vaidade em relação ao
835 reconhecimento por seu trabalho, mencionando como exemplo o plano que
836 desenvolveu para o esporte e a cultura em parceria com Luciana, cujo nome não
837 foi incluído na versão final. Ele enfatizou que, mesmo sem buscar crédito
838 pessoal, continuava contribuindo de forma entusiasmada e colaborativa,
839 independentemente das críticas ou dificuldades enfrentadas ao longo do
840 caminho. Comentou que já enfrentou momentos de ingratidão, mas não se
841 deixou abalar e permaneceu focado em colaborar. Ele mencionou que tem outras
842 propostas em mente e que deseja revisar o arcabouço final do trabalho para
843 poder contribuir ainda mais, utilizando sua experiência na elaboração do Plano
844 Municipal de Manaus para fortalecer o conteúdo e garantir que o resultado final
845 seja robusto e bem estruturado. **Marcelo Dias** destacou que, de sua parte, não
846 havia novos pontos a serem apresentados e que estava tudo tranquilo. Ele
847 solicitou que as sugestões que havia apresentado, assim como as de Andarilha
848 e Paulo, fossem incluídas no documento final. Além disso, reforçou a
849 necessidade de revisar e ajustar adequadamente todas as contribuições antes
850 de consolidá-las, enfatizando que não faria sentido finalizar sem compreender o
851 contexto geral. **Dr. Sérgio Cruz** confirmou que todas as contribuições seriam
852 agregadas, reiterando a importância de revisar e encaixar os pontos
853 corretamente antes de avançar com o trabalho. Também sugeriu um indicativo
854 sobre a questão do Conselho, apontando que o tema poderia ser abordado
855 dentro do plano, de forma originária ou complementar. Ele ressaltou a

856 importância de tratar o assunto de forma técnica e jurídica, para que os
857 envolvidos compreendessem tanto os ganhos quanto as possíveis perdas. Além
858 disso, destacou a necessidade de uma estratégia robusta, que considerasse não
859 apenas o âmbito executivo, mas também a sociedade civil, a Secretaria da
860 Fazenda (Sefaz), o legislativo e o governador. Ele reforçou que era essencial
861 criar algo alinhado e vantajoso para todos, deixando de lado disputas menores
862 e focando no coletivo. Compartilhou uma conversa que teve com Maria
863 Fernanda, coordenadora nacional do Conselho Nacional de Cultura. Segundo
864 ela, os dias 4 e 5 seriam momentos cruciais para alinhar estratégias, devido à
865 transição do Conselho Nacional. Essa mudança transformaria o Conselho
866 Estadual de Economia Criativa em um Conselho de Políticas Públicas, com a
867 economia criativa como um dos componentes, mas adotando uma nomenclatura
868 mais moderna. Por fim, pediu que Jordânia repassasse essas informações aos
869 demais conselheiros, destacando que essa mudança representava uma
870 importante virada de chave e que todos deveriam estar preparados para as
871 implicações futuras. **Marcelo Dias** informou que, recebeu uma ligação do
872 secretário Cândido, que expressou grande interesse em lançar imediatamente a
873 lei do sistema independente, sem a necessidade de esperar pelo plano ou pelo
874 fundo. Segundo ele, o sistema pode ser estruturado de forma autônoma, o que
875 traria benefícios no futuro. Ele destacou que, a partir de 2027, as transferências
876 de recursos serão realizadas de fundo a fundo, sendo necessárias a existência
877 de planos de trabalho e execuções devidamente preparadas. Alertou que a
878 verdadeira competição do Amazonas não está no âmbito interno, como entre
879 capital e interior ou entre setores, mas com os outros 26 estados federativos.
880 Exemplificou que, ao estruturar o sistema estadual, como a lei, o fundo e o plano,
881 o estado terá mais chances de habilitar-se a recursos disponíveis no sistema
882 nacional. Ele explicou que, com tudo pronto, o Amazonas poderá acessar
883 rapidamente oportunidades de financiamento. Caso contrário, estados como o
884 Piauí, que também estejam organizados, terão vantagens. Ele enfatizou que o
885 Conselho precisa ser estruturado como um conselho de políticas públicas e que
886 a discussão interna deve focar em estratégias efetivas para fortalecer o estado
887 no cenário nacional. Além disso, ele ressaltou que o "fator amazônico" deve ser
888 mais explorado, não apenas como uma exigência simbólica, mas traduzido em
889 recursos financeiros e ações concretas. Compartilhou sua experiência ao
890 vivenciar conferências nacionais, mencionando dificuldades enfrentadas, como
891 quase perder o fator amazônico em discussões. Ele concluiu que a preocupação
892 com questões internas ou menores prejudica a visão estratégica necessária para
893 competir com outros estados e reforçou a urgência de concentrar esforços em
894 ações que gerem resultados significativos para o Amazonas. **Dr. Sérgio Cruz**

895 informou que a reunião estava sendo suspensa por falta de quórum, devido à
896 sobreposição de dois eventos. O primeiro evento organizado pelo Deputado
897 Sinésio Campos, relacionado à cultura, e o segundo evento estava sendo
898 promovido pelo IPHAN, também com temas culturais. A justificativa para a
899 ausência de alguns membros foi que esses eventos estavam atraindo as
900 atenções de algumas pessoas que normalmente participariam da reunião.
901 Mesmo assim, a conselheira Jordânia compareceu pessoalmente, como de
902 costume, enquanto Marcelo Dias participou online. **Diante disso, a reunião foi**
903 **oficialmente suspensa.**

SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ
Mediador – 5ª Reunião da Comissão do PEC – II
Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES

De Forma Presencial:

1. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da Cadeira de Teatro;

De Forma Remota

2. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
3. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias;

CONVIDADO:

De Forma Remota:

4. Marcelo Campos Lucena Dias – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
5. André Cavalcante – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
6. Karollen Lima – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;
7. Francilene dos Santos Pereira Mululo – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas
8. Loren Luniére - artista

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

9. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Transcrição:

10. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

- 11. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
- 12. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa;
- 13. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

14. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.